

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 12 de abril de 2019 às 07h31
Seleção de Notícias

Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Registro de marca de alto renome no Brasil 3

Exame.com | BR

09 de abril de 2019 | Inovação

UE e China concordam em retirar barreiras para acesso a mercados 4

ECONOMIA | DA REDAÇÃO | AGÊNCIAS

Money Report | BR

11 de abril de 2019 | Patentes

Os campeões mundiais no registro de patentes - Money Report 6

INOVAÇÃO | DA REDAÇÃO

Registro de marca de alto renome no Brasil



Eduardo Ribeiro Augusto. FOTO: DIVULGAÇÃO

As marcas de **alto** renome são dotadas de tanta fama, reputação e reconhecimento que a extensão da proteção ultrapassa o seu ramo originário de mercado. Trata-se, portanto, de exceção ao princípio da especialidade, princípio basilar do sistema marcário que dispõe que a proteção, em regra, limita-se ao segmento em que as marcas estão inseridas.

Por exemplo, atualmente no Brasil, são marcas de **alto** renome: Petrobrás, Coca-Cola, Dona Benta, Brahma, Nike, REXONA, Paçoquita, Itaú, Facebook, Neosaldina, Knorr, Danoninho entre outras, totalizando 106.

A proteção conferida às marcas de **alto** renome está prevista pela Lei da **Propriedade** Industrial (LPI -- art. 125), contudo a lei não dispõe sobre os parâmetros e caminhos para alcançar tal status. Em vista dessa lacuna legal, ao longo dos últimos anos, tornou-se necessária a publicação de Resoluções pelo Instituto Nacional da **Propriedade** Industrial (**INPI**).

Tais Resoluções chegaram a prever que a busca por tal status deveria ocorrer, necessariamente, de forma incidental, ou seja, em meio a um prévio conflito administrativo entre marcas; já desde o ano de 2013, de acordo com a Resolução 107/2013, o status de **alto** renome pode ser formalmente requerido por qualquer

interessado, independentemente da existência ou não de conflitos envolvendo sua marca, mediante a apresentação de documentos que justifiquem tal proteção -- em outras palavras, que atestem o efetivo renome e destaque da marca perante o público.

Não obstante, o projeto de lei PLC 86/2015 visa alterar a LPI para dispor que ao titular de marca registrada no Brasil é facultado requerer à autoridade competente o reconhecimento de marca de **alto** renome, independentemente de oposição a pedido de registro, de processo administrativo de nulidade de registro e de ação de nulidade de registro.

Ainda, em 02 de abril último, o Projeto foi aprovado no Senado, com Emenda única que, dentre outras disposições, trata sobre a possibilidade de renovar o pedido de reconhecimento do status, desde que apresentado dados recentes que comprovem haver o reconhecimento fático desse **alto** renome por ampla parcela do público brasileiro em geral.

Em assim sendo, com a efetiva alteração da LPI por meio desse projeto de lei, restariam supridas, ainda que minimamente, duas lacunas legais, quais sejam: a disposição sobre a faculdade do titular apresentar requerimento de reconhecimento de marca de **alto** renome e os requisitos considerados nessa análise por parte da autoridade competente.

Assim, o PLC 86/2015 aprovado pelo Senado, contemplando a Emenda única, colabora para uma maior segurança jurídica, em benefício dos consumidores e dos titulares de marcas no Brasil.

Aline Pimenta Passos e Eduardo Ribeiro Augusto*

UE e China concordam em retirar barreiras para acesso a mercados

ECONOMIA



Primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, e o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, concordaram em retirar barreiras, para que possam ter acesso aos mercados de cada lado (Stephanie Le-cocq/Reuters)

São Paulo - Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker afirmou nesta terça-feira, 9, que a **União** Europeia e a China concordaram em retirar barreiras, para que possam ter acesso aos mercados de cada lado. A declaração foi dada em entrevista coletiva, após reunião de cúpula entre as partes, com a presença do primeiro-ministro chinês, Li Keqiang. No evento, não foram detalhadas quais seriam essas barreiras retiradas.

A mudança é considerável na postura de Pequim e vem na esteira de ofertas semelhantes pedidas aos Estados Unidos, e pode sinalizar uma abertura que em-

presas europeias vêm pleiteando há tempos.

ECONOMIA Rússia diz que comércio com Brasil caiu 15% nos primeiros meses de 2019 *query_builder*
8 abr 2019 - 16h04

Juncker disse também que o governo chinês concordou explicitamente em evitar a transferência forçada de tecnologia. Segundo ele, o investimento europeu na **China** aumentou em 2018, mas é possível conseguir resultados melhores. A autoridade enfatizou ainda a necessidade de reciprocidade na relação bilateral.

De acordo com Juncker, a UE não tem nenhum país específico como alvo na questão da **transferência** de tecnologia, mas sim combinar segurança e inovação, lado a lado.

Até o acordo acontecer, empresas estrangeiras precisavam compartilhar informações sensíveis quando operavam na China.

Governos ocidentais se queixam há tempos de que suas empresas sofrem pressões para ceder conhecimento tecnológico a parceiros de empreendimentos conjuntos, autoridades ou agências reguladoras como condição para fazer negócios na China.

Subsequentemente, a tecnologia é usada por concorrentes chineses, prejudicando firmas ocidentais, diz a UE, que teme um domínio chinês em indústrias estratégicas.

Empresas europeias terão um tratamento igual, disse Li em uma coletiva de imprensa após a reunião de três horas em Bruxelas, propondo criar um mecanismo de solução de disputas para tratar de queixas de companhias estrangeiras na China.

Continuação: UE e China concordam em retirar barreiras para acesso a mercados

Tusk disse ter sido a primeira vez que a China aceitou se envolver em debates sobre reformas das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), essa prioridade central para a Europa.

A China também concordou em abordar os receios da UE sobre subsídios estatais a empreendimentos industriais.

Os dois lados intensificarão os debates com o objetivo de fortalecer as regras internacionais sobre subsídios industriais, disseram as duas potências comerciais globais no comunicado final da cúpula.

Da Redação, com agências

Os campeões mundiais no registro de patentes - Money Report

INOVAÇÃO

Nenhum indicador é mais preciso para medir o grau de inovação de um país do que o número de **patentes** depositadas. Nesse aspecto, o Brasil não faz feio, mas tem muito para melhorar. Segundo ranking elaborado pela **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual, o país ocupa um discreto 24o lugar, com pouco mais de 4 mil **patentes** concedidas por ano. A lista é liderada pela China, com 400 mil pedidos de **propriedade** intelectual aceitos, à frente dos Estados Unidos, com 300 mil registros. Nenhuma novidade na relação dos dez primeiros: além de China e Estados Unidos, ela é formada por Japão, Coreia do Sul, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Suíça, Holanda e Rússia, nações entre as mais ricas e produtivas do mundo.

Por que é importante

O número de patentes concedidas retrata a capacidade de inovação de um país

Quem ganha

A China. No país, a inovação se tornou política de Estado. Para estimulá-la, o governo oferece prêmios em dinheiro a projetos inovadores. Isso explica por que Huawei e ZTE, colossos chineses da área de telecomunicações, são as empresas que mais depositam patentes no mundo

Quem perde

A inovação no Brasil

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3

Propriedade Industrial
3

Inovação
4

Propriedade Intelectual
6

Patentes
6

Entidades
6